

APRESENTAÇÃO

*Lucila Scavone**

Considerar o aborto como objeto da pesquisa social implica não só reconhecê-lo como problema social, mas, também, construí-lo como problemática sociológica. Esta construção exige que o/a pesquisador/a se desembarace das primeiras evidências do senso comum e dê visibilidade às questões sociais, políticas, históricas, jurídicas, econômicas, culturais, morais que envolvem a prática do aborto na sociedade brasileira. Isto significa, sob o ponto de vista teórico-metodológico, recorrer à categoria de análise de gênero, que rompe com a compreensão dicotômica da prática do aborto, circunscrita à ideia de que ele é um problema exclusivo do universo feminino. Tanto a utilização da categoria de gênero, como as correlações do aborto com a religião, com a sexualidade, com a contracepção, com a maternidade, com os feminismos e os direitos sociais se fazem necessárias para melhor compreender este fenômeno social, conforme é possível verificar nos artigos do dossiê que ora lhes apresento.

Se levarmos em conta a longa história da criminalização do aborto – há mais de 70 anos o aborto é crime no Código Penal Brasileiro, exceto nos casos de risco de vida da mulher e de gravidez decorrente de estupro – e o início dos estudos feministas e de gênero no país, a partir da década de 1980, constataremos que as pesquisas e as publicações sobre a questão do aborto na área das Ciências Sociais são relativamente escassas. Evidentemente, não podemos menosprezar as dificuldades para os/as cientistas sociais de obter dados fidedignos num contexto de condenação social e moral; nem tampouco, a força simbólica de sua criminalização, já integrada no imaginário coletivo da sociedade brasileira,

Embora os dois permissivos legais, acima citados, tenham sido ameaçados de extinção por duas vezes, em 1949 e em 1995, por influência política dos

* Professora Titular do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia UNESP/Ar. Pesquisadora CNPq – lucsca@uol.com.br

princípios religiosos católicos eles continuaram a vigorar (ROCHA, 1996). Eles só passaram a ser reconhecidos de fato a partir de 1989, quando foi implantado, no Hospital Jabaquara, em São Paulo, o primeiro “Programa de Aborto Legal para prestar atendimento aos Casos Previstos por Lei” que se expandiu, posteriormente, pelo Brasil afora. Entretanto, cabe lembrar que, apesar disso, a efetivação destes permissivos continua sendo condenada pelos setores contrários à prática legal do aborto no país. Outro aspecto a ser destacado no debate sociológico sobre o aborto no Brasil é que, apesar de ser criminalizado, ele é raramente punido, tanto para as mulheres que o realizam, como para os profissionais que o praticam, mesmo quando há ocorrência de morte da gestante. Este dado sugere que há uma aceitação tácita de sua clandestinidade por parte dos implicados/as, como, também, pelo próprio Estado. Enquanto isso, o sistema de proibição legal continua em vigor, com todas suas implicações sociais, políticas e subjetivas.

A continuidade desta situação foi fortalecida no país a partir de 1986, pelo uso do comprimido Cytotec (misoprostol) – comercializado clandestinamente – indicado para úlcera gástrica e que passou a ser utilizado como abortífero por ter uma substância que estimula a contração uterina e induz o parto, ou o aborto. Tornou-se, então, o medicamento abortivo mais popular entre as mulheres brasileiras (BARBOSA e ARILHA, 1993). Seu uso, em certa medida, repercutiu na diminuição da mortalidade relacionada ao aborto e abrandou os riscos e medos da intervenção instrumental. Além disso, este meio parece ser mais eficiente e seguro do que as ervas e preparados, ou do que outros instrumentos utilizados, entre as mulheres das classes populares, para provocar aborto.

O presente dossiê tem o mérito de reunir resultados de pesquisas sociais recentes sobre **as práticas do aborto**, no contexto brasileiro, sob diferentes prismas e correlações. De caráter quantitativo e qualitativo, os textos que o compõem nos dão uma pequena amostra das novas tendências e reflexões que orientam as pesquisas sobre o aborto. Especialmente, eles o analisam como problemática sociológica e política relacionada às questões dos credos religiosos, da laicidade do Estado, da maternidade, das gerações, da contracepção, da sexualidade, dos direitos reprodutivos. Foca, sobretudo, o contexto da prática abortiva entre as mulheres das classes populares, que são as mais afetadas por sua criminalização. Ao cruzar estas questões com o aborto, este dossiê mostra de forma abrangente, não só a lentidão das mudanças nas mentalidades, mas também, as justificativas morais, religiosas, políticas e, especialmente, de gênero que fundamentam a longa trajetória da condenação do aborto no país.

O artigo “O aborto sob o olhar da religião: um objeto à procura de autor@s”, de Maria José Rosado, já sugere em seu título o déficit de pesquisador@s no estudo da relação **aborto e religião** e, em decorrência, da carência geral de pesquisas

na área das ciências sociais sobre o tema. Oferece-nos uma exaustiva análise de produções científicas sobre aborto e religião, entre os anos 1976-2007, no Brasil, além de destacar a questão de gênero na autoria dos trabalhos: não por acaso, são as mulheres que mais pesquisam sobre o aborto e religião. Cabe ressaltar o caráter inovador deste tipo de pesquisa, que mapeia a produção de um tema, em um campo científico maior (sociologia da religião) para constituir um micro campo de pesquisa específico, com suas próprias lutas científicas, políticas e teóricas (BOURDIEU, 2000).

Ao constatar a prevalência do *ethos* religioso e da significativa presença política das igrejas cristãs no país, particularmente, a da Igreja Católica, faz uma abordagem conceitual, empírica e política da inter-relação aborto e religião. Na análise dos dados coletados, a autora verifica a predominância das pesquisas sobre o catolicismo, o que se justifica pela força histórica e política desta religião no país. A condenação do aborto pelo catolicismo e por outras religiões pesquisadas suscita às mulheres que abortam, ou, ainda, para aquelas que lutam pelo direito de abortar, problemas de transgressão moral e religiosa e, especialmente, de culpa. Analisa a dificuldade das mulheres de se desvencilharem dos princípios morais religiosos quando pensam sobre o procedimento. Emergem, por outro lado, as diferenças radicais entre as reivindicações feministas pró-descriminalização do aborto e o ideário católico, o que desloca o campo da pesquisa propriamente dita, para o campo da disputa política. O artigo nos mostra como o acirramento da disputa política contribuiu para trazer à tona **a importância da questão da laicidade do Estado** e da legitimidade da ação pública de diferentes grupos, com vistas à conquista das liberdades democráticas, da cidadania e dos direitos.

“Entre julgar e escutar: sexualidade e aborto em um bairro popular”, Carmen Susana Tornquist, Denise Soares Miguel e Gláucia de Oliveira Assis, tratam das representações sobre o aborto entre **lideranças comunitárias e agentes de saúde** em um bairro popular de Florianópolis. A peculiaridade desta pesquisa está no foco dado ao papel destas lideranças, cuja importância, reconhecimento social e institucional na comunidade lhes dão autoridade moral para orientar, influenciar debates e decisões sobre a prática abortiva de forma coletiva e/ou individual. Com a utilização das técnicas de pesquisa participante, de discussões em grupos focais, de entrevistas semiestruturadas, além de dados quantitativos que contextualizam a realidade deste bairro, o artigo mostra como estas lideranças se dividem entre uma maioria peremptoriamente contrária ao aborto e uma minoria que busca compreender os motivos que levam as mulheres a abortar, sem julgá-las sumariamente. Entretanto, persiste com mais força a associação do aborto às práticas não aceitas moralmente, tais quais as drogas, em que o Cytocec, por ser droga farmacológica de circulação clandestina, é considerado como tal; ou ainda, pelo fato de o medicamento ser,

também, utilizado por mulheres sem parceiros fixos, como método substitutivo da contracepção. Isto implica o julgamento negativo das mulheres que vivenciam a sexualidade fora da relação monogâmica.

O alto índice de gravidez na adolescência deste grupo indica que a realização da maternidade é uma questão cultural importante para se compreender a rejeição social ao aborto no país. Não só a valorização da maternidade, em idade jovem, continua sendo um aspecto da permanência de um padrão de reprodução; como, também, a associação da maternidade à realização pessoal, ao prazer de ver os filhos/as crescidos, é um argumento de força, utilizado pelas líderes do bairro pesquisado, contra a prática do aborto. Cabe lembrar que muitas destas líderes se declararam evangélicas, o que associa a condenação do aborto a um credo religioso. Em suma, as autoras do artigo retomam a ideia feminista de que a livre escolha da maternidade e, em última instância, o direito ao aborto, é uma condição *sine qua non* à emancipação das mulheres.

Cecília M. B. Sardenberg, no artigo “Práticas sexuais, contracepção e aborto provocado entre mulheres das camadas populares de Salvador” trabalha com a inter-relação das questões propostas neste título, com mulheres de diferentes gerações, no bairro Plataforma, do subúrbio ferroviário de Salvador e utiliza uma metodologia quantitativa. Ressalta-se a originalidade do **recorte geracional** desta pesquisa, que sistematizou informações das mulheres em relação à educação, à religião, à inserção no mundo do trabalho, à participação política, à família em distintos contextos históricos, bem como, seus impactos nas questões sobre o aborto, a sexualidade e a reprodução. Ao utilizar, também, como pano de fundo outros estudos e pesquisas sobre o mesmo tema, em diferentes períodos, a autora evidencia que as mudanças destes problemas no país correspondem às que observou em sua pesquisa geracional.

Deste modo, analisa as transformações das práticas e mentalidades relativas à reprodução e à sexualidade. Observa que a aceitação do sexo como prazer é mais frequente entre as mulheres mais jovens do que entre as mais velhas, entretanto, de modo geral, ela ainda é limitada às relações heterossexuais. Verifica, também, que a alta taxa de esterilização perpassa todas as faixas etárias, embora seja mais significativa entre as mulheres com mais idade. Mesmo com uma cobertura razoável de contracepção, as ocorrências de abortos provocados nesta pesquisa são significativas e o Cytotec foi o método mais utilizado entre as que declararam ter abortado. Com o pressuposto que os processos de **empoderamento** das mulheres, pela apropriação de seus corpos e de suas vidas, possibilitarão a autonomia das mulheres, este texto sugere que há ainda muito a ser conquistado.

Por fim, cabe lembrar que a questão do aborto costuma tornar-se assunto de destaque público em momentos especiais no país, como ocorreu no período das

eleições presidenciais de 2010, com relativa repercussão na mídia, nas redes sociais ou nos debates paralelos. Entretanto, em tempos corriqueiros, o silêncio é a norma, e o problema continua restrito aos atores aí envolvidos, sobretudo, às mulheres que abortam. Portanto, os textos aqui reunidos, cada um à sua maneira, dão um pequeno panorama das inúmeras questões sociológicas que merecem ser mais exploradas, analisadas e divulgadas sobre a realidade do aborto no país.

Referências

BARBOSA, R. M.; ARILHA, M. A experiência brasileira com o *Cytotec*. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, p.408-17, 1993.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ROCHA, M. I. B.. O Congresso Nacional e a Questão do Aborto no Brasil: o debate no Congresso Nacional. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.381-398, 1996.

